

## A LEPROSA NO REGIME DO VISÍVEL E DO DIZÍVEL: O DISCURSO DA IMPRENSA CEARENSE NO COMEÇO DO SÉCULO XX

Antonio Nelorracion Gonçalves Ferreira\*

Uma análise dos documentos “oficiais” do Estado do Ceará do século XIX, sobretudo dos Relatórios dos Presidentes de Província, revela a escassez de referência à lepra<sup>i</sup>. Essa rarefação, praticamente uma ausência, indica muitas outras presenças – mais especificamente quanto à questão de saúde e de assistência médica – as desventuras, os abalos, os medos e as desordens, advindas com a força de doenças epidêmicas como a varíola, a febre amarela e a cólera-morbo. A não entrada da lepra no regime discursivo pode atestar tanto a sua inexistência, como a sua insignificância enquanto problema sanitário, social, político ou econômico.

Embora, nos registros oficiais e administrativos desse momento a ausência seja a regra, houve diminutas referências à lepra. Uma das mais interessantes – embora não se refira diretamente a lepra no Estado do Ceará – é o livro *A Alma do Lázaros* (ALENCAR, 2010) do escritor José de Alencar. Nesse romance, que se passa no Recife e Olinda do século XVIII entre casarões abandonados e almas penadas, conta-se a história das desventuras de um leproso. Nela, os principais elementos constitutivos do leproso clássico medieval, como a exclusão social, a solidão, o padecimento, o medo e a relação com o divino, estão presentes. A única companhia na vida do lázaros Recife depois da morte de sua mãe e do abandono de sua irmã são papéis em branco, nos quais são inscritos os sentimentos dele. Essa superfície de inscrição, pela qual o próprio enfermo se constitui em um “ser” de sofrimento, é considerada na narrativa como a própria alma do lázaros, descoberta muito tempo depois por um acadêmico de direito em uma casa antiga, que decide publicar a história de dor e de exclusão social do morfético. Fica difícil saber o impacto dessa obra na época de sua publicação; embora, hoje, ela seja quase desconhecida da grande maioria do público leitor.

Se a raridade e a escassez dominam o discurso quanto à lepra no século XIX, já no começo do século XX, mais precisamente nos anos 1910, essa doença começa a virar discurso<sup>ii</sup> (FOUCAULT, 1987). Em revistas médicas, em relatórios do departamento de saúde do Estado e em artigos de intelectuais, a lepra começa a surgir como dado, atestando a sua emergência como um problema de ordem social, político e econômico. Entretanto, será nos anos 1920, que ocorrerá uma maior difusão e proliferação discursiva em torno da lepra e do

---

\* Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: nelorracyon@yahoo.com.br

leproso, cujos ecos serão ouvidos nas décadas de 1930 e 1940. Nessa expansão discursiva a imprensa do Ceará<sup>iii</sup> representará um papel fundamental.

Alguns fragmentos dos jornais de grande circulação em Fortaleza podem fornecer alguns indícios de como a lepra e o leproso foram não apenas “representados”, noticiados, informados, mas também constituídos em figuras de grande visibilidade e de dizibilidade<sup>iv</sup> (DELEUZE, 2005), que demandavam diversas ações. Seguem-se os fragmentos:

(...) a morfêia vai tomando vulto em Fortaleza, sem que tome qualquer iniciativa para evitar lhe o desenvolvimento constante pelo descuido das autoridades sanitárias. Não é admissível que Fortaleza continue diariamente perlustrada por leprosos, que andam em toda parte, pelas ruas, mercados, cafés, avenidas, pelos pontos mais centrais enfim, propagando o germe de seu terrível mal. O desenvolvimento da lepra, o aumento do número de atingidos está exigindo sérias providências sanitárias, para evitar a sua propagação: a primeira e absolutamente inadiável é a organização de um lazareto, em ponto afastado, onde sejam recolhidos os morféticos da cidade, cuja existência não é crível que a higiene pública desconheça. (*O Nordeste*, 6 de julho de 1922, p.1)

(...) O Ceará não poderá continuar sem tomar medidas enérgicas contra o mal de Lázaro, porque no crescendo em que ele vai em futuro não remoto, torna-se cada vez mais insolúvel o seu problema. (...) Se há doente que não possa esperar resoluções futuras é o leproso, por que sendo doença crônica e de marcha lenta, vai contaminando sorrateiramente em breve espaço de tempo toda uma população. (...) Dessa sorte impõe-se a Vossa Excelência o dever cívico e humanitário de envidar todos os esforços, no sentido de evitar um mal futuro maior, isolando o número já crescido dos nossos leprosos. (*Diário do Ceará*, 4 de agosto de 1926, p. 5)

(...) A cada ano que se passa aumenta, em temerosa proporção, o número dos infelizes atingidos por uma doença martirizante, asquerosa, aterradora (...) Os miseráveis morféticos, abandonados estavam, abandonados permanecem. Gemem à noite em seus tristes tugúrios e de dia, tangidos pela fome, saem, em macabra peregrinação, exibindo chagas monstruosas, a esmolarem pelas ruas. (*Gazeta de Notícias*, 31 de janeiro de 1928, p. 3)

Sr. Redator, com desoladora tristeza noto que os míseros que se debatem corroídos pelo mal de Hansen, acossados sem dúvida pela miséria e falta de conforto, derramam-se novamente pelas ruas de Fortaleza, afim de, com o seu hediondo aspecto, incutirem piedade às almas caridosas e levá-los, pelo pânico, a clamar por providências junto às autoridades competentes. Hoje próximo à Delegacia Central, estanciava um desses desgraçados, junto mesmo da porta do edifício, tão perto do palácio que a sua permanência ali era que como [um atestado] de abandono em que se encontra a sinistra legião de leprosos. (...) Peço-vos, portanto, Sr. Redator, que levanteis novamente o brado de alarme junto a quem de direito, porque a ronda sinistra do mal de Hansen outra vez se nos aproxima com o seu tétrico cortejo de cenas pavorosas. (*O Povo*, 31 de janeiro de 1928, p. 5)

O mal de lázaro cada dia se alastra mais. Nesta capital, percorrendo os pontos mais centrais, residindo nas ruas mais habitadas, vendendo frutas, legumes e taboleiros, penetrando nas moradias particulares e nas repartições públicas, nos restaurantes e nos cafés, pedindo esmolos, exercendo, enfim toda sorte de atividade, nós vemos todos os dias, morféticos em estado grave em contato perigoso com a população sã. Nenhuma medida de isolamento, porém. Nem o isolamento hospitalar, coletivo, para os mais pobres; nem para os providos de meios de fortuna, o isolamento particular, no próprio domicílio, com a prescrição de rigorosas medidas de higiene. (*O Nordeste*, 26 de setembro de 1922, p. 1)



Embora cada jornal possua a sua identidade discursiva, política e ideológica; os fragmentos anteriores – sejam artigos de opinião, sejam cartas de leitor, sejam editoriais, sejam notícias – apresentam uma unidade discursiva intrigante na visibilidade e na enunciabilidade constituída em torno da lepra e do seu portador, o leproso, em sua relação com a cidade de Fortaleza. Essas narrativas ressaltando – com descrições bem estereotipadas aproximando-se da ficcionalidade – o mal, o potencial do contágio, o sentimento de medo, de piedade, a insegurança produzida pelo perigo da presença indesejada da lepra/leproso, que se alastrava pela cidade, pondo em risco a saúde da coletividade, a necessidade de um isolamento, não são meras coincidências, nem uma manipulação arbitrária das fontes, mas um paradigma discursivo que marca a imprensa cearense do começo do século XX.

Isso difere, em alguns aspectos, da forma como a imprensa cearense se relacionou com as doenças na segunda metade do século XIX. Segundo o professor Carlos Jacinto Barbosa, foi entre os anos de 1850 e 1880 que as doenças viraram notícias cotidianas, artigos, crônicas, escritas por redatores e médicos. Para ele “longe de homogênea, a imprensa da província é assinalada por vicissitudes. A maneira como trataram (...) temas (...) esteve sempre vinculada aos princípios políticos que nortearam cada órgão (...)” (BARBOSA, 2004, p. 76-81). Analisando comparativamente vários periódicos dos oitocentos, esse historiador ressalta:

(...) a acidez presente em artigos contra o governo, publicados em *O Commercial*, em meados dos anos 1850, estava ancorada em argumentos religiosos, que concebiam a doença como castigo e a cura como resultante da contrição. *O Retirante*, por sua vez, embora tenha vida muito curta, posicionara-se claramente em favor dos imigrantes acampados nas ruas da cidade, na seca ocorrida entre os anos de 1877 e 1879. Para este órgão, a doença era vista como consequência da fome e da miséria experimentada pela população urbana (BARBOSA, 2004, 76-77).

Esses dois periódicos possibilitam demonstrar a heterogeneidade e multiplicidade da experiência da cidade com a saúde e a doença, não apenas na perspectiva de interpretações conflitantes e contraditórias no combate à doença e na sua assistência, mas em relação à própria atribuição etiológica e terapêutica da doença. Assim para *O Commercial* tem-se uma concepção teológica e religiosa da doença (LAPLATINE, 1991), enquanto para *O Retirante* tem-se uma interpretação interacionista.

Não há uma ruptura radical entre a imprensa cearense do século XIX e XX, quanto ao aspecto de se noticiar as doenças. Os jornais dos anos 1920 também possuíam disputas políticas, que se revelavam nos modos de informar sobre as experiências de saúde e de doença. Nesse sentido, quando o que estava em jogo era avaliação da administração do

Estado, o jornal da situação, *Diário do Ceará*, era mais comedido em seus informes e notícias sobre a doença e a saúde da população, tentando justificar os deslizos e falhas do Governo. Posturas bem diferentes, adotavam os jornais que se autodenominavam independentes, como o *Correio do Ceará*, *O Povo*, *Gazeta de Notícias* e o jornal da arquidiocese de Fortaleza, *O Nordeste*, que não poupavam críticas a má gestão no combate às doenças e na prevenção da saúde da população.

A diferença mais fundamental da imprensa cearense nesses dois momentos, em sua relação com a doença, reside no fato de que os jornais do século XX, pretendendo serem mais científicos, elevam o discurso da medicina e dominam outros saberes menores (como aqueles oriundos do imaginário cristão) na definição do que é saúde e doença, reduzindo a multiplicidade de perspectivas, embora algumas vezes esse recalcado venha à tona. Assim o que é fundamental num jornalismo de opinião – à moda do século XIX – é visto como arcaico num jornalismo mais industrial, à moda do século XX (NOBRE, 2006).

É importante ressaltar que essa unicidade discursiva, na imprensa cearense do começo do século XX, restringe-se apenas a relação da lepra/leproso com a cidade. A lepra e a cidade se revelam uma pela outra. A cidade é a tela sobre a qual se vê a lepra; e a lepra, a tela em que se vê a cidade. Esta é descrita pelos jornais como um lócus, onde sua coletividade vai dia após dia sendo corroída pelo mal de Lázaro e os seus portadores são caracterizados como “... morféticos, sementeira de desgraça a proliferar, a espalhar a morte em todos os ventos” (*Gazeta de Notícias*, 31 de janeiro de 1927, p. 3).

A imprensa ao pôr em tela os elementos de desordem e de perigo da cidade – não só os leprosos, como também os loucos, as meretrizes, os mendigos, os criminosos, os menores abandonados e os flagelados – produzindo uma ordem discursiva naquilo que ela denominava de desordem social, a própria se apresenta, ao mesmo tempo, como um instrumento de esclarecimento do público e uma defensora da ordem, do progresso e da modernização.

E esse esclarecimento é proveniente de várias fontes e se expressa de vários modos, como nas informações sobre a lepra e/ou leproso, citadas a seguir.

Por telegrama, noticiam-se as experiências de outros estados com a lepra. De Manaus se comunica:

O leprosário Universal, situado a poucos metros distante da estação rádio-telegráfica, continua concorrendo para o aumento do número de leprosos. Os empregados da Estação acham-se apavorados, e ameaçam retirar-se com as famílias, da estação, pedindo providências, por estarem expostos, durante o trabalho, ao contágio do mal. (*Diário do Ceará*, 27 de abril de 1923, p.1)

Dos leitores da cidade de Fortaleza, registram-se denúncias como esta:

Recebemos reclamação de distinto cavalheiro sobre a falta de policiamento sanitário em nossa capital. Queixa-se o nosso compatriota do abandono em que se encontra o interesse social no tocante a contaminação do meio pela terrível doença da lepra. Vagam pelas ruas da cidade inúmeros morféticos que vão espalhando aquela doença incurável e contagiosa ao extremo, entre o povo. No mercado público, apegar nas frutas e demais mercadorias expostas à venda; nas praças, a sentar-se nos bancos das nossas avenidas; nos bondes, nos cafés, em toda a parte, há a figura lamentável de um doente de lepra a encher de pânico muito natural, a população. À inominável incúria dos poderes competentes (...) devemos o alastramento crescente e assustador de tão dolorosa enfermidade (...) (*O Nordeste*, 27 de outubro de 1924, p. 1)

Dos especialistas (médicos, leprólogos, higienistas, etc), a população cearense pede e recebe conselhos, como este:

Você recorre à minha desvaliosa opinião de médico clínico, que o tenha sido em sua casa, para saber si é ou não inconveniente a instalação de uma – leprosaria, nas vizinhanças de sua propriedade, sita na ex-vila de Porangaba, hoje arrabalde de Fortaleza (...) De acordo com a opinião geral das maiores autoridades no assunto, tropicalistas, americanos e brasileiros, uma leprosaria deve ser, antes de tudo, uma Colônia agrícola e pastoril, situada em vastas terras e campos, isolada das populações válidas (...) Basta esta consideração fundamental e preliminar para que um médico de consciência não possa, de modo algum, aconselhar a instalação de uma leprosaria nos arrabaldes de uma Capital. (...) No sítio São Vicente, situado em Porangaba, vive isolada uma doente desse mal. O marido contra os meus conselhos visitava a frequentemente. Foi o bastante para contaminar-se. Casos inúmeros desta ordem tenho arrolado em minha clínica. (...) Não posso, não devo aconselhar tal instalação de núcleos urbanos. O contrário seria um erro irreparável (...) uma verdadeira desumanidade (...) A. *Fernandes* (*O Nordeste*, 29 de abril de 1924, p. 2)

De outros jornais do país, republicam-se matérias, como esta:

Não! Não é possível que possa existir um país com esse ferrete; uma região tão infelizmente batizada, e cujo simples nome nos faz imaginar um cotejo sinistro de coisas hediondas, um rosário fantástico de misérias. Em que porção do mundo poderia ele estar; se existisse, onde ficaria a terra esquecida de Deus, banida de toda piedade humana, grilheta de todos os rancores terrenos segregados de toda misericórdia celestial? No entanto, essa terra mal aventurada existe (...) É este vasto hospital de Belisario Penna. É o Brasil maculado pelo estigma terrível: país da lepra! Realmente, a evolução do Mal de lázaro, entre nós, tem tido uma expansão tão rápida, que os mais altos expoentes da ciência médica já não escondem os profundos receios com que vêem a ação devastadora (...) O índice nacional é de 0,8 por mil, o que quer dizer, temos 80 leprosos em cada grupo de 10.000 habitantes. Não há um único Estado indene da terrível moléstia! (*Diário do Ceará*, 19 de junho de 1926, p. 2)

Nos fragmentos informativos anteriores, dentre muitos outros estampados nas páginas dos jornais, constitutivos da construção imagético-discursiva sobre a lepra e/ou



leproso, a imprensa se apresenta como um meio que promove com a comunidade um pacto de comunicação. A partir da mobilização de diversas formas (telegrama, artigo, crônica, notícia, etc.) e de diferentes tipos de falas (o do especialista, o da testemunha, o do leitor, etc.), os jornais constroem e publicam as suas narrativas como uma espécie de dever do jornalista em noticiar a verdade para o seu público. Assim, a imprensa cearense, como propõe Maurice Mouillaud em sua análise da função do jornal diário, torna-se “... na realidade um substituto do espaço público, um fórum onde se escuta o eco de todas as vozes públicas, ao mesmo tempo em que tem sua própria voz” (MOUILLAUD & PORTO, 2002, p. 26-27). Além disso, conforme Muniz Sodré, desde a modernidade, por se constituir como uma atividade dentro da esfera pública – que “... diz respeito ao espaço em que a ideologia burguesa ou racionalidade burguesa se materializava em instituições (cafés, clubes, revistas, jornais) capazes de gerar um discurso político crítico e democrático...” (SODRÉ, 2009, p. 11) – a imprensa é alimentada pelo “mito” da transparência pública, que traz com ela outro “mito”, o da liberdade de expressão.

E nessa esteira da lisura informativa e da transparência pública é que a imprensa cearense no tocante à lepra, ao mesmo tempo em que tenta demonstrar racionalidade – expressa pela mobilização da fala do especialista; imparcialidade, na apresentação de artigos sem assinatura, tentando denotar uma pura informação e não uma simples opinião; neutralidade, na sua suposta apresentação dos “fatos”, como aquilo que deve ser sabido – as suas descrições são carregadas de apelo emocional, emanando medo, através de vários estereótipos, provenientes tanto do estilo narrativo (no uso de vários recursos da ficção) como da mística/mito do imaginário cristão tão em voga nos anos 1920 no Ceará. Isso não quer dizer que o uso retórico e a imaginação narrativa são meras manipulações arbitrárias ao bel prazer dos jornalistas. Não, não é isso. Esses jornais não são nem falseadores da realidade nem reflexos do real, mas operadores-simbólicos, que utilizam recursos, técnicas e estratégias em sua construção discursiva, que reverberam uma polifonia de enunciados, atreladas a interesses sociais, políticos e econômicos. Assim, na veiculação das notícias; manipulam-se signos, produzem-se sentido e se exerce o poder. Essa rede discursiva da imprensa cearense não é só uma expressão das relações de poder existentes na cidade de Fortaleza, mas também um meio, dentre outros, pelo qual o poder circula e se exerce. Esses discursos de medo foram utilizados, amplificados e voltados contra certos alvos, como os leprosos, os loucos, as prostitutas, os criminosos, os mendigos e flagelados, pela elite comercial, industrial, intelectual e científica do Ceará, para salvaguardar e aumentar o seu domínio.

Numa cidade com pretensões de civilidade, modernidade e progresso, como Fortaleza; cartografar, nomear, classificar os perigos, os temores e torná-los visíveis nos discursos de medo é uma tomada de posição estratégica de ordem social, política e econômica.

A enunciação do medo suscitado pela elite está associada a uma série de outros enunciados, que na montagem de suas estratégias de exercício político e na tentativa de expansão de seu domínio econômico e social, ela faz circular na cidade. A imprensa cearense diariamente faz circular em suas páginas conselhos, advertências e códigos para a constituição de uma população sadia, higiênica e civilizada. Emitindo discursos civilizatórios, medidas de segurança, discursos destinados a ensinar, a educar, prescrevendo regras para o comportamento, para a saúde, para a boa convivência na cidade, a imprensa assim assume a postura de pedagoga da nação.

Segundo Durval Muniz, a atividade pedagógica não se restringe a prática do ensino escolar, mas ela também opera:

(...) no cotidiano, visando elaborar subjetividades, produzir identidades, adestrar e dirigir corpos e gestos, interditar, permitir e incitar ou ensinar hábitos, costumes e habilidades, traçar interditos, marcar diferenças entre o admitido e o excluído, valorar diferencialmente e hierarquicamente gostos, preferências, opções, pertencimentos, etc. Estas pedagogias implicam, tal como aquelas praticadas no espaço escolar, a demarcação de fronteiras simbólicas, imaginárias e até físicas. (ALBUQUERQUE-JÚNIOR, 2010, p. 1)

É nesse sentido que os jornais do Ceará vão dia após dia, na década de 1920 e 1930, constituindo-se como veículos importantes na enunciação de práticas pedagógicas. Os pedagogos da imprensa vão bradando reclames e propondo regras e códigos a serem seguidos. Dos seus postos de observação, uns alertam que:

Dia a dia, infelizmente em Fortaleza o número de decaída cresce de modo impressionante (...) Por quase todos os navios nos chegam levas de infelizes, que vão se espalhando, à toa, pelo centro da cidade, e até no meio das famílias, afrontando os costumes moralizados do nosso povo e produzindo entre nós, as tristes conseqüências da sua depravação de maneiras. Ora se instalando pelas pensões suspeitas, onde se entregam desenfreadamente a todos os vícios, até mesmo à cocainomania, arrastando a mocidade impensada ao abismo da dissolução de costumes. (...) Precisam as autoridades tomar as necessárias providências pelo saneamento moral da nossa terra (...) Que se indiquem a essas mulheres bairros distantes, onde vivam sob a vigilância enérgica da polícia e também da higiene (...) (*O Nordeste*, 13 de outubro de 1922, p. 2)

A profilaxia moral dos pedagogos/jornalistas vai sendo prescrita a todos aqueles que não respeitam a “moralidade”, que não respeitam as prescrições de saúde, que não respeitam o espaço do outro. A mistura de corpos é considerada um ameaça. Contra aqueles que não respeitam as demarcações sociais e de classe, diagnostica-se e proclama-se:

A Praça do Ferreira, ao Sol e à noite, parece uma praça de mendigos. Esquadrinham os passeios e em derredor dos bondes que ali estacionam, caravanas de famintos e andrajosos, pedindo aos que passam, numa toada, languorosa e triste: uma esmola pelo amor de Deus. A mendicância, entre nós, não é somente pobreza, é vício. Assim como os cocainômanos e os alcoólatras, os pobres se viciam no mister de pedir. (...) A imprensa tem registrado inúmeros casos de mendigos que se acabam nos hospitais, deixando em sacolas, economias respeitáveis. Seria medida de grande utilidade social, se organizássemos, a exemplo do que fazem os países adiantados, uma assistência pública, estabelecendo colônias de trânsito, nas quais homens e mulheres e crianças, em compartimentos separados, poderiam tomar gosto pelo trabalho, curando-se de uma mania de esmolar (...). (*Gazeta de Notícias*, 26 de julho de 1927, p. 4)

À perambulação cotidiana dos mendigos na cidade, violando as demarcações, as fronteiras e os limites espaciais e sociais estabelecidos, ferindo a suscetibilidade das pessoas “bem nascidas”, carregando consigo a praga do vício, do ócio, da malandragem e da esperteza, vem se juntar outros sujeitos, que levam “os pedagogos” a enunciarem a sua educação moral:

Em Fortaleza, um qualquer inesperado acontecimento de rua congrega, em dois minutos, centenas de menores desocupados. Nas próprias diversões noturnas, horas avançadas que perambula em vadiagem, demonstrando a inexistência de cuidados paternais e a complacência das autoridades às quais incumbe a vigilância desses entes em plena formação moral e física. O ensino primário oficial, conquanto progrida entre nós, ainda não está à altura das necessidades públicas. O particular, das instituições religiosas e associativas, presta-nos um grande serviço. Mas o que de absoluto carecemos é de liceus de artes e ofícios que não existem em Fortaleza. (*O Povo*, 1 de junho de 1928, p. 1)

Na produção pedagógica da civilidade, também não se tolera o excesso de sentimento, pois a carga emotiva deve estar sob controle, a serviço da polidez das relações sociais. Aqueles que falham em seus mecanismos internos de controle das pulsões, tem nos mecanismos de coerção externos a sua principal terapêutica, que funciona ao mesmo tempo como alerta para introjeção das figuras de autoridades sociais. Nesse sentido, o louco é uma figura muito representativa do tipo de sujeito social, que recebe pelo seu desvario, a intervenção da polícia na sua condução para o asilo. É recorrente na seção dos fatos policiais nos jornais de Fortaleza, as diabruras dos loucos da cidade, sendo capturados pela força policial. Diariamente se noticiavam manchetes como esta:





Teve, ontem, forte ataque de loucura, o jovem Acelino Rodrigues de Freitas, residente à Rua da Assumpção s/n. Por diversas vezes, quis suicidar-se, sendo impedido por pessoas de suas relações. Com a guia da Polícia, o infeliz jovem foi remetido para o Asilo de Alienados, em Porangaba. (*Gazeta de Notícias*, 24 de julho de 1927, p. 6)

Nesse projeto civilizatório, a imprensa cearense dá muita vazão ao discurso higiênico e sanitário. Partilhando dos pressupostos da “cartilha” do pensamento sanitarista brasileiro (HOCHMAN, 2006), que diagnostica a população brasileira como doente e que concebe as doenças endêmicas como um grave problema econômico, político e social, para a construção de uma civilização nos trópicos, ela cotidianamente também – assim como faz com os desviantes – prescreve normas, códigos, receitas para alteração dos hábitos, das posturas e dos comportamentos anti-higiênicos de boa parte da população, no desejo de, pelos seus conselhos, contribuir para a gestação de uma nova cultura sanitária na cidade. E nesse sentido, os jornais publicam notícias, matérias, artigos sobre princípios higiênicos, esclarecendo sobre as transmissões de algumas doenças, alertando sobre os principais focos de doenças no Estado, publicando os horários de atendimento dos serviços sanitários na cidade.

A imprensa em sua missão civilizatória torna-se, também, uma parceira ativa do Serviço Sanitário atuante no Estado do Ceará. Essa relação consiste tanto na publicação de editais, de legislações, de prescrições de higiene, de medidas de segurança e de portarias, como na divulgação dos trabalhos e dos horários de atendimento dos órgãos sanitários.

Nesses discursos e/ou práticas pedagógicas que estabelecem fronteiras simbólicas, imaginárias e físicas para os diversos sujeitos sociais, prescrevendo modos, posturas, permissões e interdições para se estar na cidade, enfim uma economia para o bom uso dos espaços, o leproso ao mesmo tempo em que aparece numa categoria maior de párias sociais, apresentando com eles uma série de similitudes, possui a singularidade de talvez encarnar todos os medos que se tem na cidade nesse momento. Assim, o leproso encerra em si o vício da mendicância, do ócio, tão característicos aos mendigos e menores abandonados, a fealdade estética do pobre e dos doentes e o perigo da doença de que é portador. Entre todos esses párias, os leproso são considerados os mais espaçosos, os mais invasivos e não por acaso, a estética discursiva que os apresenta é, na maioria das vezes, mais retórica, sensacionalista e dramática.

Poderia se pensar que a persistência da mendicância, das meretrizes, dos leproso nas ruas de Fortaleza, como problema social por toda a década de 1920 adentrando 1930, se explicasse pela falta de pedagogias. Entretanto, isso se explica, não pela falta desses discursos e práticas pedagógicas, mas pelos modelos que eles assumiram. Nesse momento, em

Fortaleza, funciona um estilo de propedêutica social, como diagnóstica Durval Muniz em sua análise da constituição histórica da sociedade brasileira, baseado nas “... pedagogias da exclusão, pedagogias violentas, pedagogias autoritárias, pedagogias do medo, pedagogias do carão e do ridículo...” (ALBUQUERQUE-JÚNIOR, 2010, p. 11).

O exercício do poder baseado no medo, na exclusão, no autoritarismo, ou seja, na violência em relação à pobreza, liga-se a uma sobreposição de saberes, formando um complexo poder-saber que se determinam mutuamente.

Na construção imagético-discursiva do leproso como alguém perigoso e contagioso e da lepra como uma doença (in)curável<sup>v</sup> e uma ameaça à vida e a saúde da coletividade, a imprensa estava mobilizando determinados saberes, proveniente principalmente da medicina e do imaginário cristão.

Referente à medicina, a manipulação do saber pela imprensa cearense, estava baseada numa técnica narrativa que reduzia, na medida do possível, a multiplicidade, as contradições, e as disputas no campo médico em relação à lepra e ao leproso.

No começo do século XX, momento em que a lepra se torna uma questão nacional, em virtude principalmente do seu crescimento em todos os estados da federação, a heterogeneidade de concepções que existia sobre essa doença na medicina era o resultado das incertezas quanto à natureza de sua transmissão. Basicamente, destacavam-se três correntes interpretativas: a da hereditariedade, a do contágio e a da transmissão indireta (SOUZA-ARAÚJO, 1956).

Na primeira perspectiva, a lepra era concebida como uma herança hereditária transmitida dos doentes a sua descendência. Seus adeptos baseavam-se nos diversos casos de leprólogos, enfermeiros e outros sujeitos que mesmo tendo um contato duradouro e íntimo com leproso continuavam sadios. Isso ia de encontro à perspectiva do contágio, que explicava a transmissão da doença pelo contato direto entre um doente e um sadio. Através das vias respiratórias, o bacilo seria transmitido, caracterizando, assim, a infecção bacteriana. Para corroborar suas teses, alguns médicos utilizavam como argumento o crescimento do índice da lepra em todos os estados brasileiros e o relato de doentes, que, quase sempre, atribuíam como a causa de sua doença, o contato com um leproso.

No decorrer do século XX, a teoria do contágio foi tornando-se cada vez mais hegemônica enquanto a da hereditariedade foi perdendo força. Dentro da própria corrente contagionista, havia divisões entre os seus partidários. O dissenso residia quanto à forma de conter o avanço da lepra. No Brasil, os médicos que prescreviam o isolamento compulsório como profilaxia mais eficaz ficaram conhecidos como segregacionistas. Dentre eles,

destacaram-se famosos nomes da medicina nacional, como Oswaldo Cruz, Heráclides César Souza Araújo e Belisário Penna. O outro grupo ficou conhecido como humanitarista, pois prescrevia como profilaxia da doença, o isolamento misto. Este poderia ser realizado no domicílio, quando houvesse condições higiênicas adequadas (era o isolamento típico das classes abastadas) ou em leprosários, asilos e hospitais (era o isolamento destinado aos pobres). Dentre os partidários dessa corrente, Emílio Ribas, Eduardo Rabello e Silva Araújo eram as figuras mais importantes. A partir da década de 1930, passando a ocupar os principais cargos dos serviços de saúde do país, os segregacionistas tornam a sua perspectiva hegemônica.

A terceira corrente era a do contato indireto. A lepra seria transmitida de um indivíduo doente a um sadio por meio de um vetor. Este era um mosquito hematófago que, picando um doente, adquiria o bacilo da lepra, e depois o transmitia a um indivíduo sadio. Essa teoria tinha como grande mentor o médico Adolph Lutz, que, sobretudo, em virtude do seu prestígio como cientista, conseguiu trazê-la como pauta relevante em importantes congressos ao redor do mundo. Inclusive no meio dos partidários da teoria do contágio direto, a transmissão indireta passou a ser uma hipótese complementar a primeira, sendo também sugerida como campo de investigação pelas *Conferências Internacionais da Lepra*.

Diante dessa heterogeneidade e de tantas incertezas, prevaleceu na imprensa cearense a lepra como uma doença muito contagiosa, perigosa, que se alastrava pela cidade, despertando medo e suscitando diversas demandas, sobressaindo-se a do isolamento do leproso. Talvez essa característica na forma de constituir a lepra e o leproso fosse uma característica comum a toda a imprensa nacional, já que várias notícias sobre a lepra, veiculadas nas páginas dos jornais de Fortaleza, era uma transposição *ipsis litteris* de matérias de jornais de outras capitais. Assim pode-se sugerir que houve uma espécie de contágio discursivo entre as imprensas do diversos estados do Brasil.

Suzan Sontag analisando o imaginário e as metáforas utilizadas na explicação de doenças como o câncer e a tuberculose, afirmava que toda doença tratada como mistério seria temida e sentida como moralmente e literalmente contagiosa (SONTAG, 1984). Essa explicação se ajusta bem à maneira como a lepra foi tratada e sentida no Ceará e em parte explica a visibilidade constituída em torno dela e do leproso. Por outro lado, a explicação pode também ser encontrada na hegemonia da teoria do contágio no Ceará. Médicos como Atualpa Barbosa Lima, Carlos da Costa Ribeiro, João Ney, Alvarez Fernandes, Barão de Studart, e muitos outros, utilizando os diversos jornais da capital como um espaço de esclarecimento sobre os problemas médicos, sociais, políticos e econômicos associados à

presença da lepra no Ceará, acabaram por contribuir no reforço da representação da doença como muito contagiosa e perigosa e por isso muito temível. O Dr. R. Soares, analisando a força do paradigma contagionista entre os médicos cearenses afirmava:

Afirmam os leprólogos que a lepra é menos contagiosa que a sífilis e a tuberculose. Entretanto, não pensam assim a maioria a maioria dos nossos higienistas, sobretudo, os que convivem conosco, pois, se assim não fosse, já teríamos localizado o nosso leprosário, que não encontra terreno para encravar-se, porque qualquer tabajara que tenha ao menos um terreno nas imediações da área escolhida, brada às armas, pois não deseja na sua vizinhança um estabelecimento desta natureza. (*Diário do Ceará*, 23 de agosto de 1926, p. 3)

Esse médico escreveu em torno de dez artigos sobre o problema da lepra no Ceará, no Jornal *Diário do Ceará*, no segundo semestre de 1926, momento em que o debate sobre essa doença estava na ordem do dia. Suas análises versavam sobre os mais diversos aspectos, como: etiologia, terapêutica e profilaxia da lepra, a localização dos leprosários, o comportamento dos leprosos, etc. Em seus artigos sobressaía-se o tom de polêmica em relação à representação da lepra no estado. R. Soares arrolava um grande número de autores e de cientistas, juntamente com últimos estudos na área da leprologia, na tentativa de demonstrar que a doença era pouco contagiosa e também curável. Isso indo de encontro à imagem/representação da doença sustentada pela maioria, gerava muitas polêmicas. E o próprio médico fazia questão de alimentá-las com novos artigos, rebatendo o consenso estabelecido. Como em toda batalha discursiva, R. Soares selecionava determinados aspectos, enfatizava outros e menospreza aqueles que poderiam vir a enfraquecer o seu discurso.

Assim, mesmo dando voz aos grandes especialistas da leprologia e concordando com eles sobre os mistérios que cercavam a transmissão da doença, em alguns artigos R. Soares escrevia com um tom de certeza, que parecia dissolver as incompreensões em torno lepra. Desse modo, se em algumas matérias enfatizava a transmissão indireta da doença por vetores, em outras dava menos ênfase a transmissão da doença por contágio e cedendo as críticas de seus adversários às vezes reconsiderava determinados aspectos de sua opinião, e voltava a se debruçar sobre a teoria do contágio, que ele acreditava ocorrer só de maneira específica. A maior certeza desse médico era quanto o caráter curável da lepra, o que destoava em muito com o teor das matérias e notícias a respeito dessa doença no Ceará.

A cura da doença era um tema muito debatido nos grandes centros de leprologia, mas também muito controverso. Às vezes, uma melhora no quadro clínico do paciente de lepra em tratamento era considerada uma cura definitiva, o que logo depois se mostrava o contrário. Na primeira metade do século XX, a cura da lepra ainda estava numa fase experimental e muito



deficiente, por isso mesmo dava margem a muitas polêmicas, no entanto, o Dr. R Soares falava da possibilidade de cura como se fosse já um fato estabelecido. Mas mesmo indo à contramão da construção imagético-narrativa da lepra pela imprensa, ele considerava a liberdade do leproso um incômodo e por isso também prescrevia como os demais, o seu isolamento em leprosários.

Além do saber médico, foram mobilizadas concepções, metáforas e expressões, oriundas do imaginário cristão medieval, na construção imagético-discursiva da lepra e do leproso pela imprensa. A força da tradição católica, no Ceará, no começo do século XX, de alguma forma, pode explicar a maior ressonância, aqui, da teoria do contágio do que a de qualquer uma das suas concorrentes. No próprio discurso médico, o uso de termos como mal, doença de São Lázaro e de flagelo na caracterização da lepra e o de desgraçado, flagelado, sofredor e o de perigoso na caracterização do leproso, demonstra a circularidade de concepções, noções e expressões entre o saber médico e a experiência teológica. Desse modo, não surpreende que as descrições do alastramento e do contágio desenfreado da lepra pelo estado, o perigo iminente de se conviver com o leproso, permeiem as narrativas, as notícias da imprensa.

É importante salientar que se o imaginário cristão está presente nessa construção imagético-discursiva da lepra e o próprio leproso é considerado o pobre de cristo, demandando socorros pela piedade que desperta na coletividade, nos discursos da imprensa, ele nunca é classificado como pecador. O pecado na concepção da lepra pela tradição judaico-cristã era o responsável pela manifestação da doença. A lepra era o sinal da quebra da aliança estabelecida entre Deus e os homens. A corrupção da carne do leproso era a expressão material da sua corrupção espiritual (moral). A segregação do pecador, do impuro era, ao mesmo tempo, a tentativa de proteger o restante da comunidade do pecado e restabelecer a aliança dos homens com Deus. Mesmo se, aqui, no Ceará, nesse momento, o leproso nunca é denominado pela imprensa como pecador, isso não quer dizer que na prática ele não tenha sido tratado como tal, mesmo não confessado nos discursos, a noção de pecado determinou muitas ações em relação à lepra e ao leproso, como a assistência aos doentes e a sua segregação do restante da sociedade.

Dessa forma, na construção narrativa da lepra há uma sobreposição de saberes e o próprio leproso emerge como um objeto mestiço, sendo ao mesmo tempo um pecador, um doente, um sofredor, um desviante e um infame. Mesmo assim, quem está definindo a lepra como uma doença e legitimando determinados discursos e práticas é o saber médico. O próprio discurso da Igreja, expresso no Jornal "*O Nordeste*", jamais contraria as definições

médicas, muito pelo contrário, várias vezes, as utilizam para legitimar os seus argumentos. De fato, na relação entre o pensamento teológico e o pensamento médico percebe-se uma circularidade em relação à lepra, que se expressa pelo uso comum de noções, como também a reativação do imaginário cristão no controle médico-político do doente, com as devidas nuances e novos significados.

Outro saber fundamental para o entendimento das narrativas sobre a lepra é a medicina social. A imprensa cearense exercendo a função de pedagoga da nação, prescrevia normas, códigos, preceitos higiênicos, na tentativa de contribuir para a generalização dos padrões e dos comportamentos civilizados. Nesse sentido, o princípio de civilidade, em grande medida, aludido pelos jornais, estava baseado no saber social da medicina, que sendo considerado um poder a serviço do progresso, orientaria racionalmente as ações transformadoras da sociedade na condução da civilização. Dessa forma, baseada nos pressupostos da medicina social, a imprensa se tornava uma parceira dos médicos na tentativa de formar e reformar física e moralmente o cidadão. Nesse momento, os discursos veiculados pelos jornais tentavam informar sobre princípios sanitários e inculcar certos valores de caráter preventivo, percebendo a função da medicina como muito maior do que meramente tratar o indivíduo doente, mas fundamentalmente um saber que supervisionasse a saúde da coletividade, garantindo assim não só o bem-estar individual, mas também a segurança de todos. A própria imprensa tentava de alguma forma ser uma fiscalizadora da saúde, cedendo as suas colunas para reclames da população, artigos de médicos e todo tipo de informe, que contribuísse para uma formação sanitária da população. Percebendo o caráter pontual das intervenções da medicina social na capital cearense e no interior, mesmo não negando algumas conquistas e ações importantes desse saber, a imprensa – veiculando os interesses de determinados agentes sociais – mesmo contribuindo com a educação sanitária da população, apresentava o Brasil como um país formado de doentes e apontava (dentre outros fatores) o descaso dos órgãos sanitários como determinante na frágil consciência higiênica da população.

A insuficiência da medicalização da sociedade, nesse momento, pode ser explicada pela falta de articulação da própria classe médica no Ceará e das poucas instâncias exercidas pelos médicos. Para a disseminação do projeto da medicina social era fundamental multiplicar as instâncias, inclusive o próprio Estado, com o projeto da medicina. Assim lutando em diversas frentes se poderia efetivar a construção de uma nova realidade social. Mesmo se na prática ainda não tinha se efetivado uma medicalização da sociedade, algumas ações na cidade e as reflexões desse saber serviam como base para reconfiguração do espaço urbano e

adoção de medidas contra os elementos considerados nocivos à salubridade urbana. O discurso da imprensa na sua fiscalização dos serviços de saúde do Estado enfatizava diariamente em suas páginas as reflexões basilares da medicina social. Assim, ancorada nesse saber, a cidade era descrita/ constituída, pelos jornais, como um lócus que reunia em sua desordem as causas da doença da população e que necessitava da intervenção da medicina para a sua própria transformação. Dessa forma, a cidade já estava no plano da norma. A garantia da saúde e das seguranças públicas só poderia, assim, ser conseguida através da prevenção médica, que tinha na higiene pública um dos seus maiores aliados. Nesse sentido, o saber médico era o instrumento-guia fundamental no diagnóstico e combate da periculosidade do meio urbano. O combate aos perigos da cidade de Fortaleza, a lepra era um dos maiores, estava baseado na intervenção em sua organização e no ordenamento das relações entre o meio natural e o social e dos homens entre si na garantia da saúde da coletividade.

A sobreposição dos saberes era o meio através do qual o exercício do poder em relação ao leproso se fazia fundamentalmente por uma profilaxia médica/social/política baseada no distanciamento e na segregação.

Ao lado dos discursos pedagógicos e da veiculação de discursos de medo, foram produzidas muitas outras informações que, do início dos anos 1920 estendendo-se para os anos 1930, constituíram uma verdadeira “economia da atenção” (SODRÉ, 2009) em torno da lepra e do leproso. Na constituição dessa economia a imprensa cearense trouxe uma diversidade de artigos científicos, matérias, notas, telegramas e informações em torno das questões médicas e científicas da lepra, as quais assumiam um valor em se noticiar pela atualidade, pela proximidade, pelo impacto, pela frequência do tema e pelo interesse público despertado pelo mesmo.

Enfim, a imprensa cearense se tornou um importante fórum de debate a respeito da lepra. E em torno dessa doença ela foi produzindo uma “economia de atenção”, fundamental para a criação de uma sensibilidade com esse assunto, através de artigos, de telegramas, de reclamações, de notícias e de informações diversas. Sensibilidade permeada de medo e expressa pelo estranhamento com o outro, representado pelo leproso. Mais do que veicular notícia, a imprensa constituiu-se em uma verdadeira pedagoga que, em nome do progresso e da civilidade, prescrevia códigos, normas, preceitos higiênicos na reforma física e moral dos sujeitos, o bom uso dos espaços, contribuindo decisivamente na constituição de identidades, subjetividades, de rostos e paisagens.

Um dos principais rostos constituídos foi a representação da lepra como uma doença muito contagiosa, (in)curável e do leproso como um doente/sofredor/perigoso que carregava o



mal em si, pondo em risco o futuro de toda a coletividade. O medo como expressão dos sentimentos sociais e ao mesmo tempo como ferramenta política geradora de demandas foi utilizado pelos sujeitos, que tinham na imprensa um importante instrumento. A visibilidade da lepra e/do leproso expressa/constituída pelos jornais diário do Ceará esteve envolta pela área do medo.

Pode-se dizer que a imprensa cotidianamente promovendo e elaborando notícias de rotina a respeito da lepra e do leproso, constituiu-os em figuras de grande visibilidade, contidas em modalidades de poder e de dever, como aquilo que deveria ser visto e ser conhecido. Nessa produção diária de informações, os jornais da capital transformavam a difusão dos dados sociais em relação à doença em unidades homogêneas, propiciando a estruturação de um “teatro” da lepra a partir da constituição de pequenos cenários (sobressaindo-se o de uma urbe permeada pelo perigo da lepra), na pretensão de dar conta daquilo de que de “fato” ocorria no Estado. Os jornais assim estavam produzindo uma topografia nítida e discernível, propiciando cartografias, desenhos e tramas. A visibilidade da lepra foi sendo construída dia após dia, fruto de estratégias e não de registros de dados ocorridos na cidade. As notícias produzidas em relação a essa doença foram uma moldura arbitrária sobre a realidade. Isso não quer dizer que as narrativas da imprensa fossem meramente um artefato midiático, independente das dinâmicas sociais, nem que tinham como primado de referência a factualidade, mas que produziu efeitos de real. Assim a difusão de discursos de medo em relação à lepra, não só recrudescer o sentimento de medo na cidade, como também o produziu. Entretanto, o sentido produzido através das narrativas, foi colocado em circulação num ambiente cultural, político e social e remanejado pelos leitores através de um ciclo de transformações, produzindo reações diferentes em relação à lepra e ao leproso na cidade. Enfim, foi o medo produzido e a “economia de atenção” gestada que produziram diversas demandas. Por volta de 1922, a principal prioridade era o alerta sobre os perigos do livre trânsito dos leprosos nas ruas de Fortaleza. Logo em seguida, a imprensa clamava aos sentimentos piedosos da população, na assistência aos doentes de lepra. Em 1924, os jornais se tornavam a confluência de várias forças sociais em uma campanha em prol da construção de um leprosário no Estado e na intensificação da assistência aos lázaros. E dentre todas as demandas, a principal era a segregação definitiva dos leprosos, que se efetivou na medida do possível em 9 de agosto de 1928, com a imprensa assumindo um papel fundamental na elaboração de discursos e práticas que legitimassem tal objetivo.



### Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE-JÚNIOR, Durval Muniz de. *Pedagogia: a arte de erigir fronteiras*. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/durval>>. Acesso: 20 de maio de 2010.
- ALENCAR, José de. *A Alma do lázaro*. Disponível em: <<http://www.4shared.com/file>>. Acesso: 20 de setembro de 2010.
- BARBOSA, Francisco Carlos Jacinto. As doenças viram notícias: imprensa e epidemias na segunda metade do século XIX. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do & CARVALHO, Diana Maul de (orgs.). *Uma História brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004, p. 76-81.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: brasiliense, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- HOCHMAN, Gilberto. *A Era do Saneamento: As bases da política de Saúde Pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- LAPLATINE, François. *Antropologia da doença*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- MOUILLAUD, Maurice & PORTO, Sérgio Dayrell. *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002, p. 26-27.
- NOBRE, Geraldo da Silva. *Introdução à História do Jornalismo cearense*. Fortaleza: NUDOC/Secretaria da cultura do Estado – Arquivo público do Ceará, 2006.
- SODRÉ, Muniz. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- SONTAG, SUZAN. *A doença como metáfora*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- SOUZA-ARAÚJO, Heráclides-César. *História da Lepra no Brasil III: Período Republicano (1890-1952)*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1956.

### Notas

---

<sup>i</sup> Atualmente a Lepra se chama Hanseníase – nome adotado, no Brasil, na década de 70, na tentativa de diminuir o estigma em relação ao seu portador. Essa doença é conceituada pelo saber médico como contagiosa, de evolução crônica e de fácil tratamento (6 meses a 1 ano) causado por uma micobactéria (bacilo de Hansen) e transmitida através do contato direto e prolongado com o doente. Embora não possua mais a forte carga imaginária e estigmatizante como até bem pouco tempo (década de 70), certo estigma e aversão aos seus portadores ainda permanece. Até a década de 1940, quando não havia tratamento, a marca mais visível dos leprosos era o seu corpo mutilado em virtude do ataque da micobactéria ao sistema nervoso periférico. Isso, dentre outros fatores, provocava atitudes de afastamento e de discriminação, pois o imaginário social considerava esses sujeitos como altamente contagiosos. No entanto, a lepra é a doença contagiosa menos contagiosa. Nesta pesquisa, utiliza-se a noção de lepra e de leproso, às vezes, as substituindo por outras denominações como lázaro, morfético e não hanseníase e seus derivados, em virtude do uso desta noção ser bastante anacrônico e que por isso não daria conta das especificidades históricas com as quais se trabalham aqui.

<sup>ii</sup> O discurso aqui não é pensado como um instrumento que dá conta ou representa a realidade, mas sim como concebe Michel Foucault: os discursos não são conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a



---

conteúdos ou a representação), mas práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que eles fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala.

<sup>iii</sup> Neste trabalho o uso do termo imprensa restringe-se a imprensa escrita de Fortaleza, composta pelos Jornais Correio do Ceará, Diário do Ceará, Gazeta de Notícias, O Nordeste e O Povo. O critério de escolha desses periódicos foi devido a sua grande circularidade na cidade, a relação que eles mantiveram com a lepra, como também a sua disponibilidade nos acervos do Estado.

<sup>iv</sup> Adota-se aqui tanto a perspectiva de Gilles Deleuze que concebe o enunciado como uma família de discursos e o visível como um regime de luz (extradiscursivo) concebido como um agenciamento visual e luminoso, como a perspectiva que trabalha as técnicas de escrita na produção de imagens.

<sup>v</sup> É importante destacar o caráter ambíguo em relação à cura da lepra. Nesse momento histórico, na imprensa cearense, a lepra é apresentada em diversas notícias como uma doença incurável, principalmente, em relação às notícias dessa enfermidade aqui no Ceará; entretanto também é veiculada diversas notícias, principalmente de outros estados e do exterior, em que se relata curas. Mesmo nessa ambigüidade o que prevaleceu foi o aspecto incurável da doença e isso em grande medida esteve relacionado com a questão do medo.